

**ENCRUZILHADAS TEÓRICO-POLÍTICO-METODOLÓGICAS
NOS ESTUDOS DO TRABALHO: UM DIÁLOGO ENTRE A
SOCIOLOGIA DO TRABALHO, A HISTÓRIA SOCIAL DO
TRABALHO E A GEOGRAFIA DO TRABALHO¹**

**ENCRUCIJADAS TEÓRICO-POLÍTICO-METODOLÓGICAS EN
LOS ESTUDIOS DEL TRABAJO: UN DIÁLOGO ENTRE LA
SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, LA HISTORIA SOCIAL DEL
TRABAJO Y LA GEOGRAFÍA DEL TRABAJO**

**INTERSECTIONS BETWEEN THEORETICAL-POLITICAL AND
METHODOLOGY OF LABOR STUDIES: A DIALOGUE AMONG,
LABOUR SOCIOLOGY, HISTORY OF SOCIAL WORK AND
LABOUR GEOGRAPHY**

Guilherme Marini Perpetua²
geomarini@yahoo.com.br

RESUMO: As recentes mutações no mundo do trabalho escancararam limites intrínsecos às diferentes vertentes explicativas dedicadas ao estudo do trabalho e da classe trabalhadora. No âmago do acirrado debate atual estão as figurações dos sujeitos sociais que trabalham derivadas, tanto de formas distintas de manejo do instrumental teórico-metodológico, quanto de divergências político-ideológicas, ambos, obviamente, aspectos indissociáveis e mutuamente intervenientes. A partir do diálogo entre conhecimentos produzidos em três campos disciplinares diferentes (a Sociologia do Trabalho, a História Social do Trabalho e a Geografia do Trabalho), o presente artigo objetiva indicar questões de cariz teórico-metodológico e também político que, a nosso ver, tanto têm contribuído para obnubilarem ainda mais a realidade do trabalho e dos trabalhadores, quanto, por outro lado, são capazes de potencializar as análises e contribuir com as lutas dos sujeitos que trabalham.

PALAVRAS-CHAVE: mundo do trabalho; método filosófico; metodologias de pesquisa.

RESUMEN: Las recientes mutaciones en el mundo del trabajo agrietaron los límites intrínsecos de las diferentes perspectivas explicativas dedicadas al estudio del mundo del trabajo y de la clase trabajadora. En el centro del feroz debate actual están las figuraciones de los sujetos sociales que trabajan, derivadas, tanto de las distintas formas de la utilización de las herramientas teóricas y metodológicas, como las divergencias políticas e ideológicas; ambos aspectos obviamente inseparables y mutuamente determinantes. A partir del diálogo entre los conocimientos producidos en tres campos disciplinares diferentes (Sociología del Trabajo, la Historia Social del Trabajo y la

¹ A inspiração para este artigo se deu a partir das leituras e discussões realizadas no âmbito da disciplina “História Social do Trabalho no Brasil”, ministrada pelo Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Campus de Presidente Prudente.

² Professor de Geografia no Ensino Básico e doutorando em Geografia pela UNESP – Campus de Presidente Prudente (SP). Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS).

Geografia del Trabajo), este artículo tiene como objetivo presentar cuestiones teóricas y metodológicas, así como cuestiones políticas que, en nuestra opinión, han contribuido por un lado a opacar la realidad del trabajo y de los trabajadores, o, por el contrario, son capaces de profundizar el análisis y contribuir a las luchas de los sujetos que trabajan.

PALABRAS CLAVE: mundo del trabajo; método filosófico; metodologías de investigación.

ABSTRACT: Recent changes in world of labor have overcome the intrinsic limits to the different currents dedicated to the study of work and the working class. In the center of the current debate are the social subjects that work in different ways, as much in the use of theoretical and methodological instruments, as in the political and ideological differences, both inseparable. From the dialogue between the knowledge produced in three different disciplines (Sociology of Labor, the Social Labor History and Labor Geography), the present article aims to indicate theoretical-methodological and political issues that, in our view, have contributed to obscure, even more, the reality of work and workers, and on the other hand, enhance the analysis and contribute to the struggles of workers.

KEYWORDS: world of labor; philosophical method; search methodologies.

A realidade é infinitamente diversa, escapa às engenhosas deduções do pensamento abstrato; não suporta arregimentação precisa e estreita. A realidade tem tendência ao esfacelamento perpétuo, para a variação infinita.
(Fiódor Dostoiévski)

INTRODUÇÃO

Felizmente, não poucas vezes podemos encontrar pistas valiosas para fertilizar a prática científica fora das trincheiras da ciência, em domínios mais libertos do saber e da experiência humana. É o caso do fragmento que serve como epígrafe deste artigo, escrito há mais de um século e meio por uma das mentes mais brilhantes e sensíveis da literatura mundial de todos os tempos.

Poucos são os fenômenos sociais tão ubíquos e empiricamente expressivos quanto o trabalho e seus sujeitos, os homens e mulheres que trabalham. O mundo do trabalho é, indubitavelmente, o mundo da vida cotidiana, mas isso não significa que ele esteja de imediato revelado ante nossos olhos. Muito ao contrário, uma espessa névoa de ideologia³ e preconceitos o recobre, turvando, de início, a visão de quem se interesse em interpretá-lo e conhecê-lo em profundidade. Numa palavra, na ordem social vigente a

³ O termo ideologia não está aqui evocado em seu “sentido forte”, o qual, como indicado por Konder (2002), faz referência à falsa consciência. Aproxima-se mais da definição de Žižek (2012), de esquematização simplificada do real sem seus “ruídos de fundo”, da qual, frise-se, jamais se pode escapar.

objetividade do trabalho, em suas determinações precípuas, é uma dimensão profundamente invisibilizada.

Mesmo sobre o fértil terreno da teoria social crítica e, mais precisamente, da teoria marxista - edificada sobre a tese do trabalho enquanto princípio ontológico fundante de toda a ordem social (LUKÁCS, 1979) – diferentes posicionamentos político-ideológicos e possibilidades de manejo do instrumental teórico-metodológico podem criar (e via de regra têm criado) leituras diversas e até mesmo antagônicas entre si.

Ora, não se deveria esperar pelo contrário, porquanto o objeto do conhecimento científico é sempre uma construção intelectual (MARRE, 1991) para a qual concorrem a experiência, a intencionalidade, a teoria, a metodologia e o método de análise adotados pelo pesquisador, dentro dos limites do horizonte filosófico de um dado contexto histórico (KOYRÉ, 1979), sendo o sujeito do conhecimento um sujeito situado no tempo, no espaço e na estrutura social. Deste ponto de vista, aclara Hilton Japiassu, “[...] a *‘objetividade’ não existe*. O que existe é uma *‘objetivação’*, uma *‘objetividade aproximada’* ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não naquilo que gostaríamos que ela fosse” (JAPIASSU, 1976. p. 43. Grifos nossos). Com efeito, o que vemos, assim como o que deixamos de ver depende muito intimamente das “lentes” (método, teorias, conceitos, categorias etc.) com as quais inevitavelmente nos municiamos, e mesmo dos procedimentos práticos (metodologia) dos quais lançamos mão para produzir nossas informações antes mesmo da análise. Essas duas dimensões, afinal, são indissociáveis e, como tal, articulam-se mutuamente de forma interativa.

De todo modo, reconhecer os limites intrínsecos ao conhecimento científico não equivale a defender qualquer postulado relativista e, tampouco, descreditar as metanarrativas – postura que, como sabemos, cumpre a função de não colocar no centro a crítica da sociedade em que vivemos (HECK, 2015); mas, ao contrário, é reafirmar o primado do real concreto sobre sua representação ideal, o concreto pensado (NETTO, 2011). Afinal, a realidade é sempre mais complexa que qualquer teoria científica.

Ademais, contrariando todo e qualquer devaneio lógico-positivista, a realidade objetiva é dinâmica e está sempre em processo de realização/redefinição. Por isso, as mutações do trabalho e da classe trabalhadora na contemporaneidade (pós-1970) só fizeram ampliar ainda mais as discordâncias entre distintas vertentes interpretativas que vêm rivalizando entre si a primazia da “verdade” acerca do papel social do trabalho, de suas categorias principais e, sobretudo, dos sujeitos que integram a classe trabalhadora hoje,

revelando a impreterível necessidade de renovação no campo da teoria, do fazer científico e da ação política.

O objetivo do presente artigo é indicar questões de cunho teórico-metodológico e também político-ideológico que, a nosso ver, têm contribuído para obnubilar ainda mais a realidade do trabalho e dos trabalhadores, assim como o seu anverso, alguns elementos capazes de potencializar as análises e contribuir com o debate público qualificado e a ação política dos sujeitos que trabalham. Neste intento, procuramos estabelecer o diálogo entre conhecimentos produzidos em três campos disciplinares diferentes, cada qual com suas abordagens, conceitos/categorias e tradições, porém igualmente empenhados no estudo do tema em tela: a Sociologia do Trabalho, a História Social do Trabalho e, por último, a Geografia do Trabalho.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E SUA DIMENSÃO POLÍTICA

Malgrado ter no trabalho sua categoria fundante, o consenso e a homogeneidade nunca foram características do marxismo, embora, em diferentes períodos, determinadas interpretações da realidade tenham sido alçadas ao posto de perspectivas dominantes. Nesse sentido, o desejo de instrumentalização pragmática da teoria por parte do movimento operário europeu desembocou, ao longo do final do século XIX e início do século XX, num empobrecedor reducionismo mecanicista e economicista do mundo do trabalho e dos sujeitos que trabalham (KONDER, 2002; MÉSZÁROS, 2006)⁴.

Por um lado, atuava uma tendência a conceber os sujeitos sociais como mero conjunto de elementos passivos, subordinados em tudo à estrutura da produção, sob o prisma daquilo que Edward Thompson (1998) chamou de “visão redutora do homem econômico”. E, como lúgubres espectros das relações sociais fetichizadas e estranhadas, pálidas “personificações”, em tais análises, pessoas de carne e osso assumiram a forma de seres unidimensionais, porque constituídos de antemão, única e exclusivamente pela dimensão econômica da vida e, quando muito, pela determinação de classe no sentido mais estreito do termo. Era o primado da estrutura sobre o sujeito, cujo corolário não poderia

⁴ Ao empregarmos essa terminologia, seguimos uma dupla intencionalidade. Primeiramente, expressar o argumento segundo o qual os trabalhadores e trabalhadoras não são simples “dados passivos da estrutura”, mas sujeitos ativos que, mesmo com todos os limites e constrangimentos impostos, de inúmeras formas também condicionam e resistem a ela. Em segundo lugar, queremos explicitar a *particularidade* como atributo essencial de cada trabalhador(a), portador de gênero, etnia, idade, identidade, personalidade, desejos, limites e possibilidades.

ser outro senão o distanciamento em relação à práxis sócio-histórica concreta e à totalidade viva do trabalho (MÉSZÁROS, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2006).

Para José Paulo Netto (2011), tais deformações tiveram por base influências do positivismo presentes nas formulações dos principais pensadores da Segunda Internacional (como Plekhanov e Kautsky), as quais se viram posteriormente agravadas, desembocando na pérfida ideologia stalinista.

Talvez tenha sido Thompson quem desferiu a mais contundente crítica a esse tipo de abordagem teórica. Em *A miséria da Teoria* (THOMPSON, 1981), obra dedicada a rechaçar veementemente os ensinamentos estruturalistas de Louis Althusser, o historiador marxista inglês aponta as incoerências provenientes da recusa desse autor em dialogar com a empiria (e não empirismo, frise-se), daí deduzindo serem os homens e mulheres concretos meros “suportes de estruturas” (*träger*, no original em alemão) semoventes. A bem da verdade, autores como Althusser e seus epígonos ignoravam a necessidade de diálogo entre teoria e empiria e, por conseguinte, a imprescindível síntese categorial dialética entre singular, universal e particular, que deve ter na realidade empírica tanto o seu ponto de partida quanto o de chegada.

Por outro lado, emergia também uma tendência a enxergar o operariado industrial como única força social capaz de conduzir as massas rumo à revolução socialista, portanto, o único e verdadeiro sujeito da história. A chave dessa concepção encontra-se na asserção bolchevique do Partido Comunista como “vanguarda organizada da classe operária”, posição que no Brasil foi defendida por Ricardo Antunes, nos anos 1980, para quem a atuação do partido seria a condição necessária para a superação da espontaneidade e o alcance da plenitude da consciência de classe (ANTUNES, 1982). E se não se faz revolução sem o protagonismo do operariado, tampouco pode ela prescindir dos quadros intelectuais revolucionários, os reais portadores do conhecimento e da compreensão global do processo de trabalho, sendo os únicos capazes de “educar as massas”⁵. (Veremos mais adiante que essa defesa ainda se faz presente no debate acerca da classe trabalhadora no mundo contemporâneo).

Da incorporação acrítica destes postulados à realidade brasileira, via movimento político, nos estudos do trabalho e da classe trabalhadora no país resultou certa tradição de focar exclusivamente a classe operária fabril, branca, de ascendência europeia,

⁵ *Ibidem.*

masculina e urbana (NEGRO; GOMES, 2006). Assim, grande parte desses estudos tinha como recorte geográfico o Sudeste industrializado, particularmente o estado de São Paulo, e enfatizava o papel do imigrante europeu, desconsiderando, ou quando muito enxergando com receio os milhares de recém-saídos do campo, potenciais “ameaças reacionárias” à luta operária.

Como não podia deixar de ser, havia, pois, uma estreita ligação entre essas concepções teóricas, essencialmente dedutivas - isto é, que têm como ponto de partida a teoria e não a realidade - e o fazer prático do pesquisador. Se o que importa são os dados da macroestrutura, não é preciso muita aproximação com os sujeitos reais do trabalho, bastando o olhar panorâmico, o hábil domínio da teoria e do método de análise (o materialismo histórico e dialético), estes sim, portadores das respostas (muitas vezes dadas *a priori*) sobre o mundo real.

Assim, uma plêiade de situações, feições e sujeitos, própria de um país repleto de particularidades histórico-geográficas, com seu passado colonial-escravista e dependente e a secular diversidade e desigualdade crônicas de seu território, presentes não apenas no chamado “Brasil profundo”, como também nos grandes centros urbano-industriais, permaneceu praticamente invisível à produção acadêmica até a década de 1960, quando começam a se esboçar as primeiras linhas de um movimento pela valorização de novos temas e do papel do sujeito nos estudos do mundo do trabalho⁶. Transpondo os estancos limites tradicionais, os horizontes da análise puderam ser expandidos também para fora da fábrica, do universo masculino, do espaço urbano, dos grandes centros e até mesmo das relações de produção tipicamente capitalistas.

O campo da História social do trabalho constitui um bom exemplo disso. Toda uma nova bibliografia voltada para a revisão crítica das relações de trabalho e a resistência no regime colonial-escravista (REIS, 1996; LARA, 1998; REIS; SILVA, 2009); as relações entre ex-escravos e trabalhadores livres urbanos e o papel da experiência na formação da classe trabalhadora (NEGRO; GOMES, 2006; MATTOS, 2009); a imbricação entre formas sociais capitalistas e não capitalistas (CORMINEIRO, 2009), bem como a relevância da dimensão cultural do trabalho e da esfera da reprodução social do trabalhador (CHALHOUB, 1986) pôde vir à tona a partir de então.

⁶ Essa mudança faz parte de um movimento muito mais amplo, desdobrado na Filosofia e nas ciências humanas e sociais como um todo, datado do mesmo período e centrado na revalorização do(s) sujeito(s), das relações de poder e do espaço. (Este último ponto será objeto de detalhamento na última seção do texto).

Sem dúvida, o grande precursor dessa guinada foi Edward Thompson, em seu esforço por construir uma historiografia da classe trabalhadora “vista de baixo”, isto é, sob o prisma dos próprios trabalhadores. Esquadrinhando a sociedade pré-industrial inglesa, Thompson (1987; 1998) destacou o papel da mediação cultural, da experiência, dos costumes e do cotidiano na formação da classe trabalhadora (MELO, 2010), e a persistência de diversas formas não convencionais de resistência e luta⁷, valorizando fontes e procedimentos metodológicos de cunho qualitativo, até então pouco considerados ou simplesmente rejeitados, tanto por pesquisadores conservadores, quanto pelos de aspiração progressista. Aí se incluem os processos criminais e arquivos policiais, diários e outros documentos biográficos, bem como a pesquisa com fontes orais⁸, extrapolando os limites herméticos da análise dos documentos oficiais.

Cumprir lembrar, seguindo as indicações de Sidney Chalhoub e Paulo Fontes (2009), que no Brasil “a emergência da história social do trabalho como área específica de investigação acadêmica ocorreu no contexto das lutas pela redemocratização do país a partir do final dos anos 1970” e, “como é sabido, a forte presença do movimento dos trabalhadores nesse processo marcou decisivamente a nova história social do trabalho que emergia nas universidades” (p. 220).

Caminhando pela senda aberta por esse novo *approach*, diversos historiadores sociais brasileiros passaram a buscar o entrelaçamento das fontes do vivido (a experiência), a fim de construir redes de relações encarnadas em pessoas concretas, assumindo um princípio muito próximo às ideias defendidas por Dostoiévski e sintetizadas na epígrafe deste artigo:

[...] a história dos trabalhadores *extrapola definições rígidas ou pré-noções generalizantes*. Se a investigação empírica e a análise se detiverem na classe trabalhadora aferrada ao ‘sentido marxista clássico’ (o operariado de carteira assinada, braços cruzados e macacão), estamos fadados a raramente encontrá-la. Em outras palavras, aqueles fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas, podem ser perfeitamente fenômenos da história operária (NEGRO; GOMES, 2006, p. 223).

⁷ Passando em revista o tema da *resistência negra no Brasil escravista*, João José Reis e Eduardo Silva (2009) constata, com base na análise minuciosa de uma invejável coleção de documentos oficiais, notícias da época, cartazes de procura por escravos fugidos e muitos outros, que “ao lado da sempre presente violência [da escravidão], havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos” (p. 7).

⁸ Para saber mais sobre o uso de metodologias qualitativas na pesquisa social, veja-se, entre outros: Thiollent (1980); Colagnese e Mélo (1998); Hall (1992) e Meihy (2002). Recentemente, uma coletânea (ALVES; SANTOS, 2014) reuniu textos de diversos pesquisadores, em sua maioria cientistas sociais filiados à Sociologia do Trabalho e dedicados especificamente ao tratamento desse assunto.

Os limites da renovação, no entanto, ainda estavam claramente postos.

A “SOLIDEZ” DO TRABALHO SE DESMANCHA NO AR

Praticamente coincidindo com a emergência das novas leituras, os recentes convulsões do mundo do trabalho e da classe trabalhadora - mundialização dos circuitos produtivos, reestruturação produtiva e introdução de novas formas e dispositivos de organização e controle da força de trabalho, redução do proletariado fabril e ampliação do proletariado de serviços, aumento do trabalho feminino e das modalidades de trabalho informal e domiciliar, precarização do trabalho via flexibilização da contratação, da remuneração e da jornada etc. (CHESNAIS, 1996; ANTUNES, 1999; ALVES, 2000) - contribuíram sobremaneira para demonstrar a inadequação das perspectivas mais estreitas.

Face a isso, e aferrados à certa interpretação dos textos clássicos, alguns estudiosos passaram a defender a tese do fim da centralidade do trabalho e, conseqüentemente, da perda de validade da teoria do valor-trabalho em função da drástica redução dos empregos (RIFKIN, 1995) e do suposto aumento progressivo do tempo livre dos trabalhadores, numa sociedade pós-industrial (DE MASI, 1999). Outra vertente passou a congrega autores para os quais o trabalho, enquanto componente central, intrínseco e indirimível do processo de hominização e humanização do homem, mediação socio-reprodutiva entre homem e natureza e fundamento genético do capital, não está em vias de extinção, mas tão somente de *redefinição* (MÉSZÁROS, 2006; 2011; ANTUNES, 1995; 1999; ALVES, 2000; THOMAZ JUNIOR, 2009).

Movidos por este último afã, diversos autores têm trazido para o primeiro plano os desdobramentos dos processos atuais na configuração de uma “nova morfologia social” do trabalho e da classe trabalhadora (BIHR, 1998; ANTUNES; ALVES, 2004), utilizando-se de diferentes expressões terminológicas para apreendê-la, todas direcionadas ao entendimento das dinâmicas de precarização, fragmentação, heterogeneização e complexificação da enorme massa composta pelos homens e mulheres que trabalham neste início do Século XXI. Destarte, segundo tal entendimento, todos os seres humanos que vendem sua força de trabalho, sendo, pois, assalariados, compõem atualmente a classe trabalhadora. É no intuito de teorizar sobre esse tema, no bojo da chamada perspectiva sociológica da “classe trabalhadora ampliada”, que têm surgido nomações como as de “classe-que-vive-do-trabalho” e “classe que vive da venda da sua força de trabalho”

(ANTUNES, 1999; 2003), “condição de proletariedade” e “homem-que-trabalha” (ALVES, 2009; 2011).

Não obstante sua ampla aceitação no âmbito acadêmico brasileiro contemporâneo, essa perspectiva está longe de ser um ponto pacífico. Respaldados em uma suposta ortodoxia – muito próxima da perspectiva dedutiva anteriormente discutida –, há teóricos que continuam defendendo que hoje, como sempre, independentemente das mudanças no mundo do trabalho, somente os operários das fábricas e demais trabalhadores diretamente atuantes na transformação de matérias-primas compõem a classe trabalhadora, sendo todos os outros assalariados (trabalhadores intelectuais, trabalhadores do setor de serviços, funcionários públicos etc.) e trabalhadores em geral (autônomos, profissionais liberais, desempregados, trabalhadores do setor informal, camponeses etc.) potenciais ameaças para o projeto socialista, em razão de seu tendencial alinhamento com os interesses e o ideário da burguesia. No Brasil, Sérgio Lessa (2007) é um dos principais representantes dessa linha de pensamento.

Para esse autor, por uma série de questões históricas e até mesmo editoriais, podemos fiar-nos apenas no que Marx escreveu e publicou no Livro I d’*O capital* quanto a categorias centrais do seu pensamento, como trabalho produtivo e improdutivo, trabalho material e imaterial, de modo a concluir que, em Marx, “o trabalho é necessariamente uma atividade manual”⁹. Quanto aos demais trabalhadores, segue o autor, “[...] por terem na riqueza que a burguesia expropria dos proletários a fonte da sua propriedade privada e dos seus salários, possuem também uma forte ligação com a manutenção do capitalismo”, ao passo que “o proletariado é a classe revolucionária por excelência”, nada tendo a perder com a extinção da propriedade privada¹⁰.

Ora, pode o mundo real que nos cerca comprovar tais assertivas? Seria esse prisma capaz de favorecer a compreensão da complexidade do mundo do trabalho e seus sujeitos na contemporaneidade, ou pelo contrário, apenas serve para reforçar as clássicas obliterações teórico-político-metodológicas das quais anteriormente nos ocupamos? Obviamente, ficamos com a última proposição, somando-nos a autores como Marcelo Badaró Mattos (2013), para quem é necessário superar as concepções estreitas de classe trabalhadora em direção a um conceito ampliado, e isso só pode ser bem-sucedido se

⁹ *Ibidem*, p. 146.

¹⁰ *Ibidem*, p. 180-181.

recuperarmos as concepções originais de Marx e Engels, afinal, diferentemente do que afirma Lessa, *neles também era ampla a definição de classe trabalhadora*¹¹.

Quanto ao processo de reestruturação produtiva e seus impactos para a classe trabalhadora no Brasil, contudo, uma ressalva deve ser feita. A tese de que seus efeitos teriam sido homogeneamente difundidos, desde o centro do capitalismo global até a periferia, esconde um processo muito mais complexo, heterogêneo e nada linear. Devido às particularidades da formação social brasileira, a seta do capitalismo sempre se depara com condicionantes inexpugnáveis no curso de sua expansão e, deste modo, como adverte Leonardo Mello e Silva (2010), temos grandes dificuldades em encontrar o regime flexível (ou toyotista), bem como o taylorismo/fordismo antes dele, em sua “pureza doutrinal” no país.

E, conquanto não deixe de ser significativa, a abertura para pensar o novo ainda esbarra em velhas trincheiras doutrinárias, colocando na ordem do dia, no dizer de Antonio Thomaz Junior (2006), a necessidade de se fazer “[...] um profundo reexame dos fundamentos teórico-metodológicos que dão sustentação aos pressupostos e paradigmas interpretativos da sociedade atual” (p. 131). Com efeito, não se trata em absoluto de abandonar ou minimizar a importância da teoria, e muito especialmente da teoria marxista, mas ao contrário, trata-se de *não sacrificar a realidade à teoria*.

Ademais, é imperioso recordar novamente o princípio fundante da ontologia materialista e dialética de Marx (2008), segundo o qual o ponto de partida para a compreensão do real concreto, enquanto unidade do diverso e síntese de múltiplas determinações, deve ser a própria existência objetiva, a partir da qual o sujeito do conhecimento deve empreender a síntese entre singular-universal-particular. Daí, pois, não existirem sujeitos ou situações de trabalho irrelevantes de antemão, a tudo devendo estar atento quem pretende objetivar a realidade, isto é, compreendê-la o mais próximo possível como ela realmente é e não como gostaríamos que fosse.

Creemos que, nesse sentido, a Geografia do Trabalho pode oferecer uma fundamental contribuição.

POR UMA ABORDAGEM A PARTIR DA GEOGRAFIA DO TRABALHO

¹¹ Curiosamente, no livro *O desafio e o fardo do tempo histórico*, Mézáros (2007), outra das principais referências evocadas por Lessa, também é categórico em afirmar que “restringir o agente social da mudança aos trabalhadores manuais *não é* obviamente a posição do próprio Marx” (p. 70. Grifos nossos).

No bojo das transformações dos anos 1960/1970, paralelamente ao movimento de valorização dos sujeitos sociais e das relações de poder, segundo Edward Soja (1993), começa a esboçar-se um processo de reinserção do espaço, enquanto categoria analítica, na teoria social crítica, em contraposição à epistemologia essencialmente temporal predominante até então. Neil Smith (2000), geógrafo escocês radicado no EUA, expõe esse fato com clareza:

A reafirmação contemporânea do espaço no discurso social já está bem documentada e amplamente discutida, e emana de várias fontes: geógrafos – cuja preocupação tradicional com o espaço material foi imensamente avivada e tornada social na esteira dos levantes políticos de 1960 e das reestruturações espaciais em todas as escalas geográficas que se seguiram; teóricos sociais das décadas de 1970 e 1980 – para quem, no contexto da tradição rigorosamente historicista que dominava o pensamento social desde o século XVIII, o espaço está sendo redescoberto como um mundo negligenciado de conceitos novos e inexplorados; e teóricos literários e culturais, em especial, mas não exclusivamente, feministas – para quem a linguagem do espaço forneceu um reservatório de metáforas reveladoras e novos significados (p. 138).

Com isso, não apenas o espaço, mas diversos outros conceitos tradicionalmente circunscritos aos limites do repertório da ciência geográfica foram incorporados por outras ciências e pela Filosofia, provocando importantes transformações nas concepções vigentes. Na filosofia, por exemplo, é Michel Foucault (1988) quem lança luzes sobre o papel primordial da construção de um “espaço disciplinar” concreto na efetivação do poder disciplinar, a partir do século XVIII. O mesmo se pode dizer em relação aos estudos do trabalho e da classe trabalhadora. Cientistas sociais, como Mike Savage (2011), por exemplo, têm reconhecido e salientado o papel do espaço e das redes na formação da classe trabalhadora, apontando para o fato de que as “explicações [até então] existentes focalizam em dimensões temporais, antes que espaciais, da formação de classe” (p. 7).

Assim, pois,

[...] o espaço precisa ser visto como importante em duas maneiras diferentes e possivelmente contraditórias [na formação da classe]. Primeiro, lugares particulares podem se tornar habitats para certos grupos sociais de modo que estes lugares se tornam integralmente ligados em seus ‘habitus’, seus estilos de vida, e, desse modo, podem ser a base sobre a qual sua identidade coletiva é formada. Segundo, a formação de classe pode ocorrer quando classes sociais estendem-se

através do espaço construindo redes que ligam membros da classe mesmo quando eles estão espacialmente dispersos¹².

A mesma preocupação com a dimensão espacial pode ser notada entre os historiadores do trabalho. É o que indica Marcel Von der Linden (2009), ao contrapor a “velha história do trabalho”, metodologicamente nacionalista e eurocêntrica, à “história global do trabalho”, cujo foco deve estar nos estudos transnacionais e transcontinentais das relações de trabalho.

E se a acento recai sobre a dimensão espacial do mundo do trabalho, a Geografia, obviamente, é convidada de honra para o debate. O estatuto epistemológico dessa ciência, como o de qualquer outra ciência social, não está assentado num objeto próprio – o “espaço geográfico”, como muitos geógrafos apressaram-se em afirmar –, mas numa maneira específica de escrutinar a realidade realçando sua dimensão espacial¹³. Eis porque, malgrado sua inserção tardia, a Geografia não poderia eximir-se do temário do trabalho.

A Geografia do trabalho¹⁴, no dizer de Thomaz Junior (2011) - um dos seus precursores e principais representantes - tem se estruturado não em torno de axiomas ou pressupostos rígidos, mas, sobretudo, no constante “redimensionamento teórico-conceitual-metodológico, com vistas a identificar, internamente à dinâmica geográfica do trabalho, sua constante (des)realização [...]” (p. 24). Para o autor, reconhecer que a centralidade do trabalho continua vigorando no mundo da produção (e por que não dizer reprodução) flexível implica admitir que

De fato, a classe trabalhadora hoje, sob o jugo da financeirização, da reestruturação produtiva, da microeletrônica, da crescente informalização, é mais complexa, heterogênea, *ampliada* e disseminada espacialmente, o que exige de nós recursos analíticos condizentes, para compreendermos a *diversidade* de suas formas geográficas ou, de fato,

¹² *Ididem*. p. 8.

¹³ Defendemos esse ponto de vista em Perpetua (2014).

¹⁴ A Geografia do trabalho brasileira nasceu na década de 1990, no bojo da chamada *Geografia radical* ou *crítica*, fruto do cruzamento entre a Geografia e o marxismo, consubstanciado a partir dos anos 1970 (Consulte-se, a respeito, Quaini [1979] e Moreira [2004]). Pode-se apontar o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), sediado na FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente/SP, como o seu principal berço, muito embora pesquisadores de outras instituições/grupos de pesquisa, como por exemplo Ruy Moreira (2002), tenham contribuído sobremaneira com a empreitada. Com significativas diferenças, mas quase concomitantemente, o mesmo processo ocorreu noutros países, com destaque para a emergência da *Labour Geography* no mundo anglo-saxônico (HEROD, 2013; BEZERRA, 2012).

reconhecemos suas singularidades no âmbito da totalidade viva do trabalho¹⁵.

Pela natureza própria de suas preocupações, a análise geográfica do trabalho tende a ser uma análise horizontal e, com isso, realçar a diferença e a coexistência, lado a lado, de metabolismos sociais, modos de produção, regimes de acumulação e padrões de desenvolvimento distintos, enfim, a coetaneidade conflituosa de territórios/territorialidades, tempos históricos/temporalidades em disputa no interior da totalidade social. Talvez disso derive a recusa ao entendimento linear e homogeneizante da história e da luta de classes.

Daí ser indispensável a aproximação e o diálogo com os sujeitos do trabalho, buscando assumir sua situação concreta como ponto de partida e valorizando suas experiências e formas cotidianas de resistência face à lógica incontrolável e destrutiva da acumulação. Trata-se de um deslocamento analítico que parte das estruturas e dos processos e se instala nos próprios sujeitos, sem perder de vista as articulações interescolares que formam os complexos sociais.

Por isso, como nos mostra Fernando Heck (2015), para os praticantes da Geografia do trabalho tem sido fundamental somar à prática do trabalho de campo, característica consagrada nos estudos geográficos desde os primórdios da Geografia institucionalizada, a utilização de uma ampla variedade de metodologias de pesquisa qualitativa, jamais em detrimento de outros procedimentos de cunho quantitativo¹⁶. Cabe ressaltar, como o faz o próprio autor, que nem a centralidade do trabalho de campo, nem o destaque aos procedimentos próprios da pesquisa qualitativa podem tornar “crítica” ou “radical”, por si mesmos, qualquer pesquisa. Isso só poderá ocorrer se houver alinhamento entre tais práticas e o método filosófico que conduz o pensamento, uma vez que os mesmos procedimentos metodológicos podem gerar conclusões totalmente díspares.

Por essa via, é possível entender a *não fixidez dos sujeitos*, sua transitoriedade de classe e fração de classe, no espaço e no tempo, mas também sua resistência, dando novos conteúdos às lutas e aos conflitos territoriais. Solidifica-se, desse modo, o entendimento segundo o qual o trabalhador, especialmente numa sociedade como a brasileira - historicamente definida pela intensa mobilidade espacial, pela rotatividade do trabalho e

¹⁵ *Ibidem*. p. 19-20. Grifos nossos.

¹⁶ Neste texto, o autor analisa 19 teses de doutorado e outras publicações produzidas por membros do CEGeT, desde o início dos anos 1990 até o presente.

pelos vínculos precários de posse da terra -, encontra-se cada vez mais submetido às mudanças de setor, de rotina, de atividade, de habilitação, de categoria, de profissão, de identidade, de ambientes e de lugares de trabalho, muitas das vezes em curtos intervalos, as quais, em seu conjunto, conformam o que Thomaz Junior denomina plasticidade do trabalho, fenômeno cuja expressão geográfica é o movimento territorial de classe da classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2013). Segundo a avaliação do autor,

Esse processo não tem sido entendido porque os instrumentos teórico-conceituais estão distantes da práxis histórica, social e concreta do trabalho. Então, é como se pudéssemos propor a ruptura da blindagem teórica que não nos permite compreender, sob esse referencial, a dialética existente entre as dimensões material e imaterial, e também subjetiva do trabalho, que marca as identidades da classe trabalhadora e toda a ordem dos fetiches que lhe é intrínseca, por exemplo, ser operário e ser camponês, nessa ou naquela condição, tempo e lugar, enfim, no âmbito das relações espaciais e as experiências territoriais do conflito de classe que nele se manifestam e se concretizam¹⁷.

É esse o grande desafio para cujo avanço, jamais de maneira isolada, a Geografia pode e deve contribuir com os demais campos do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como não poderia deixar de ser, são amplas e plurais as possibilidades de análise e compreensão acerca de um tema tão instigante e, imperioso dizer, relevante como o trabalho. No entanto, o dogmatismo, postura tão pouco dialética, pode calcinar na origem as potencialidades da construção de um conhecimento verdadeiramente radical, isto é, etimologicamente, que vá à raiz dos fenômenos estudados. Um contexto em que a mudança e a mobilidade, e não a permanência e a fixidez, passam a ditar cada vez mais a tônica dos processos sociais, aí incluídas as complexas tramas do mundo do trabalho, coloca-nos frontalmente diante da necessidade de ter os pés bem fincados no “chão da história”, sem rompermos com o elo vital da teoria, sob risco de cairmos num empirismo vulgar, igualmente infértil e empobrecedor. À sua maneira, cada um dos três campos disciplinares perquiridos aponta elementos importantes nessa direção.

Considerados desde o ângulo espacial, o mundo do trabalho e a classe trabalhadora são também *locos* da diferença e da multiplicidade, realidade que, se não

¹⁷ *Ibid.*, p. 6567.

devidamente teorizada, pode impor grilhões ao invés de libertar. Afinal, a estrada para uma sociedade verdadeiramente emancipada não pode passar por cima de bilhões de seres humanos que não se enquadram em modelos teóricos previamente definidos. Isso equivale a dizer que hoje, mais do que nunca, cabe ao investigador crítico a dura tarefa de deslindar a multiplicidade de determinações que compõem os sujeitos concretos que trabalham e seu mundo.

Por fim, convém ressaltarmos que, com o exercício cujos resultados foram apresentados neste artigo, não procuramos de maneira alguma reforçar os limites e fronteiras disciplinares, nem tampouco defender idiosincrasias a partir de nossa área de formação e pesquisa, mas o oposto disso: demonstrar, com exemplos pinçados em diferentes áreas do conhecimento, a necessidade urgente de rompermos com a lógica fragmentária da produção do conhecimento científico, dialogando criticamente, somando esforços e partilhando conceitos, teorias, metodologias e experiências de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. *A Condição de Proletariado*. Londrina: Práxis, 2009.

_____. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no Século XXI. In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P.; ALVES, G. (Orgs.). *Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr, 2011b.

ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. dos (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2014.

ANTUNES, R. *Classe operária, Sindicatos e Partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 1930 à Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. *Adens ao trabalho?* (Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 229-237, set. 2003.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Rev. Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004.

BEZERRA, J. E. A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Braziliense, 1986.

CHALHOUB, S.; FONTES, P. História Social do Trabalho, História Pública. *Persu*, n. 4, ano 3, p. 219-228, 2009. p. 220.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 143–159, 1998.

CORMINEIRO, O. M. M. Percepções do tempo e trabalho: as disputas dos sertanejos pobres no extremo norte de Goiás em torno dos seus modos de viver - 1860 a 1920. *Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 2, p. 172-194, 2009.

DE MASI, D. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Esfera, 1999.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1988.

HALL, M. M. História Oral: os riscos da inocência. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

HECK, F. M. Discutindo metodologias para a geografia do trabalho: a centralidade dos trabalhos de campo e o papel do sujeito. In: XVI Jornada do Trabalho. *Anais...* Jardim (MS), 2015.

HEROD, A. O conhecimento geográfico sobre os trabalhadores: reflexões sobre as pesquisas nos Estados Unidos e Brasil. *Revista Pegada*, n. 15, edição espacial, p. 1-43, 2013.

JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

KOYRÉ, A. Sobre a influência das concepções filosóficas na evolução das teorias científicas. *Rev. Fac. Educ. São Paulo*, 5 (1/2). p. 55-70, 1979.

LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.

- LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LUKÁCS, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: L.E.C.H., 1979.
- MARRE, J. A. L. *A construção do objeto científico na investigação empírica*. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991. (Digitado).
- MARX, K. *Contribuições à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MATTOS, M. B. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Mundos do trabalho*, vol. 1, n. 1, p. 51-64, jan./jun., 2009.
- _____. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n. 21, p. 83-117, 2º sem., 2013.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MELO, V. A. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. *Est. Hist.* Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 5-26, jan./jun. 2010.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOREIRA, R. Teses para uma Geografia do trabalho. *Ciência Geográfica*, Bauru, ano VIII, V. II, Nº22, mai./ago. de 2002.
- _____. Marxismo e Geografia (A geograficidade e o diálogo das ontologias). *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 6, nº 11, 2004, p. 21-37.
- NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PERPETUA, G. M. Territórios e territorialidades em conflito: apontamentos para uma conceitualização centrada no trabalho e no espaço rural. *Boletim DATALUTA*, Artigo do mês: agosto de 2014.
- QUAINI, M. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- REIS, L. M. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista mineiro. *Rev. Bras. De Hist.*, São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, p. 179-192. 1996.
- REIS, J. J.; SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável da redução dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SAVAGE, M. Espaço, redes e formação de classe. *Mundos do trabalho*, vol. 3, n. 5, p. 6-33. jan.-jun. 2011.

SILVA, L. M. e. Sobre algumas influências teóricas na construção de um tema: trabalho e classe trabalhadora na literatura recente. *Mundos do trabalho*, vol. 2, n. 3, p. 181-205, jan./jul. 2010.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reinserção do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

THIOLLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis, 1980.

THOMAZ JUNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A.; CARVALHAL, M. D.; CARVALHAL, T. B. (Orgs.). *Geografia e Trabalho no Século XXI: V. 2*. Presidente Prudente: Projeto Editorial Centelha, 2006.

_____. Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 2009. Tese (Livre docência em Geografia do Trabalho), Universidade Estadual Paulista.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: 'os limites da leitura geográfica'. *Pegada*, Presidente Prudente, vol. 12, n. 1, p. 104-122, jun. 2011.

_____. Movimento territorial de classe (Para além da plasticidade do trabalho). X Encontro Nacional da ANPEGE, *Anais...* Campinas, 2013.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VON DER LINDEN, M. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Mundos do trabalho*. vol.1, n. 1, p. 11-26, jan.-jun. 2009.

ŽIŽEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Submetido em: 1º de junho de 2016

Aceito em: 29 de setembro de 2016